



MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE EXECUTORA DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - GESTÃO

Emitente: Controladoria Geral do Município de Baixo Guandu/ES.

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Administração.

Gestor responsável: Pyetra Dalmone Lage Paixão.

Exercício: 2025.

RELATÓRIO

1.1. Introdução

Em atenção ao que dispõe o art. 74 da Constituição da Constituição Federal de 1988, e artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 –LRF, este Controlador Geral do Município de Baixo Guandu/ES, realizou no exercício supracitado, alguns procedimentos de controle, objetivando principalmente avaliar o cumprimento de metas legais estabelecidas para os programas do governo municipal. Bem como, buscou acompanhar a legalidade dos atos administrativos, seus resultados quanto a eficiência e eficácia no que se refere à execução orçamentária, financeira e patrimonial nos diversos órgão e entidades ligadas à administração pública municipal.

Outros pontos que foram objeto de controle são as providências adotadas no intuito de garantir uma efetiva busca pelos recursos registrados como ativos/créditos inscritos em dívida ativa e acompanhamento do cumprimento de metas quanto aos pagamentos de despesas assumidas por meio de operações de créditos realizadas anteriormente pelo município. Além do apoio incondicional às ações do controle externo deste TCE/ES em suas missões institucionais.

Foram realizados vários procedimentos com o intuito de promover o melhor controle possível quanto às exigências legais vigentes. Assim, passo a apresentar os procedimentos adotados e as constatações e proposições sugeridas e ao final emito Parecer Conclusivo, conforme segue:



1. Itens de abordagem prioritária

1.1. Gestão fiscal, financeira e orçamentária.

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
1.1.2	Despesa realização sem prévio empenho		Lei 4.320/1964, art. 60.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se foram realizadas despesas sem emissão de prévio empenho.	Foram analisados 10 itens e verificou-se a regularidade

1.2. Gestão Previdenciária

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

1.2.4	Retenção/Repasse das contribuições previdenciárias - parte servidor		- CF/88, art. 40. LRF, art. 69. - Lei 9717/1998 art. 1º. - Lei 8.212/1991 Lei Local	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se houve a retenção das contribuições previdenciárias dos servidores e o seu respectivo repasse tempestivo ao regime de previdência.	Informe que foram feitas as retenções e seu tempestivo repasse tempestivamente
1.2.6	Registro por competência - Receitas de Contribuições		- CF/88, art. 40. LRF, art. 69. - Lei 9717/1998 art. 1º. - Regime de Competência	Auditoria Governamental de conformidade	Verificar se o RPPS está registrando por competência (Variação Patrimonial Aumentativa) as receitas de contribuições previdenciárias, parte patronal, parte do servidor, dos inativos e pensionistas e as decorrentes do plano de amortização.	Informamos que o Município é optante pelo regime geral da Previdência, portanto esta regra não se aplica

1.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
1.3.1	Bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis registro contábil compatibilidade com inventário.		CRFB/88, art. 37, caput c/c Lei 4.320/1964, arts. 94 a 96.	Existem 12 itens de ponto de controle	Avaliar se as demonstrações contábeis evidenciam a integralidade dos bens em estoque, móveis, imóveis e intangíveis em compatibilidade com os inventários anuais, bem como, as variações decorrentes de depreciação, amortização ou exaustão, e as devidas reavaliações.	Foram analisados 02 itens e verificou-se a regularidade
1.3.2	Bens móveis e imóveis intangíveis Registro controle		Lei 4.320/1964, art. 94.	Existem 12 itens de ponto de controle	Avaliar se os registros analíticos de bens de caráter permanente estão sendo realizados contendo informações necessárias e suficientes para sua caracterização e se existe a indicação, na estrutura administrativa do órgão, de agente(s) responsável(is) por sua guarda e administração.	Foram analisados 02 itens e verificou-se a regularidade
1.3.3	Disponibilidades financeiras depósito e aplicação		LC 101/2000, art. 43 c/c § 3º, do artigo 164 da CRFB/88.	Existem 12 itens de ponto de controle	Avaliar se as disponibilidades financeiras foram depositadas em instituições financeiras oficiais.	Foram analisados 02 itens e verificou-se a regularidade



1.3.6	Dívida ativa e demais créditos tributários cobrança regular		LC 101/2000, art. 11.	Existem 12 itens de ponto de controle	Avaliar se foram adotadas medidas com vistas à cobrança da dívida ativa e dos demais créditos tributários de competência do ente da federação.	Foram analisados 03 itens e verificou-se que no exercício o município adotou medidas permanentes para cobrança da dívida ativa.
-------	--	--	-----------------------	---------------------------------------	--	---

1.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

1.5. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle		Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
1.5.1	Documentos integrantes da PCA compatibilidade com o normativo do TCE			IN regulamentadora da remessa de prestação de contas	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se os documentos integrantes da PCA estão em conformidade com o requerido no anexo correspondente da IN regulamentadora da remessa de prestação de contas.	Sim, atende a IN regulamentadora

2. de abordagem complementar Itens

2.1. Instrumentos de planejamento: Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA

Código	Ponto de controle		Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
--------	-------------------	--	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

2.2. Gestão fiscal, financeira e orçamentária

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

2.2.28	Pagamento de passivos ordem cronológica das exigibilidades		Lei 8.666/1993, arts. 5º e 92, c/c CRFB/88, art. 37.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se os passivos estão sendo pagos em ordem cronológica de suas exigibilidades.	Todos os passivos são pagos conforme ordem cronológica
2.2.29	Déficit orçamentário medidas de contenção		LC 101/2000, art. 9º.	Conformidade (Verificação documental)	Avaliar se foram expedidos atos de limitação de empenho e movimentação financeira, nos casos e condições estabelecidas em lei, com vistas à contenção de déficit orçamentário e financeiro.	Foram emitidos Decretos de limitação de empenho.



2.2.30	Despesa realização de despesas irregulares		LC 101/2000, art. 15 c/c Lei 4.320/1964, art. 4º.	Existem 12 itens de ponto de controle	Avaliar se foram realizadas despesas consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público, ilegais e/ou ilegítimas.	Foram analisados 06 itens e verificou-se a regularidade
2.2.31	Despesa liquidação		Lei 4.320/1964, art. 63.	Existem 12 itens de ponto de controle	Avaliar se foram observados os pré requisitos estabelecidos no artigo 63 da Lei Federal nº 4.320/64 para a liquidação das despesas.	Foram analisados 06 itens e verificou-se a regularidade
2.2.32	Pagamento de despesas sem regular liquidação		Lei 4.320/1964, art. 62.	Existem 12 itens de ponto de controle	Avaliar se houve pagamento de despesa sem sua regular liquidação.	Foram analisados 06 itens e verificou-se a regularidade
2.2.33	Despesa desvio de finalidade		LC 101/2000, art. 8º, parágrafo único.	Auditoria Governamental de conformidade	Avaliar se houve desvio de finalidade na execução das despesas decorrentes de recursos vinculados.	Foram analisados 04 itens e verificou-se a regularidade

2.3. Gestão patrimonial

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
2.3.1	Passivos contingentes reconhecimento de precatórios judiciais		CRFB/88, art. 100. / Lei nº 4.320/64, arts. 67 e 105 c/c Norma Brasileira de Contabilidade NBC-TSP 03.	Existem 12 itens de pontos de controle	Avaliar se os precatórios judiciais e demais passivos contingentes estão sendo devidamente reconhecidos e evidenciados no balanço patrimonial.	Foram analisados 05 itens e verificou-se a regularidade
2.3.2	Dívida pública precatórios pagamento		CRFB/88, art. 100 c/c Lei 4.320/64, art. 67.	Existem 12 itens de pontos de controle	Avaliar se os precatórios judiciais estão sendo objeto de pagamento, obedecidas as regras de liquidez estabelecidas na CRFB/88.	Foram analisados 04 itens e verificou-se a regularidade
2.3.4	Dívida ativa e demais créditos tributários cancelamento		CRFB/88, art. 37 c/c LC 101/2000, art. 11.	Existem 12 itens de pontos de controle	Avaliar se houve comprovação do fato motivador para o cancelamento de dívida ativa e/ou demais créditos tributários, se houve previsão legal para a prática desses atos e se o impacto econômico-financeiro não comprometeu metas de resultados previstas na LDO.	Foram analisados 08 itens e verificou-se a regularidade

2.4. Limites constitucionais e legais

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------

2.5. Gestão Previdenciária

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
--------	-------------------	-----------------------------------	------------	-------------------------------	--------------	---------------------



2.5.4	Alíquota de contribuição Recolhimento		CF/88, art. 40. LRF, art. 69. Lei 9717/1998, arts. 1º e 3º.	Existem 12 itens de ponto de controle	Verificar se os descontos previdenciários e as contribuições patronais estão obedecendo as alíquotas de contribuição estabelecidas conforme a legislação.	Foram analisados 06 itens e verificou-se a regularidade
-------	---------------------------------------	--	---	---------------------------------------	---	---

2.5.37	Registro de Admissões		CF/88, art. 71, III e IN TC nº 38/2016	Existem 02 pontos de controle	Verificar se as admissões de servidores efetivos estão sendo encaminhadas ao TCE para fins de registro.	Foram analisados 02 itens e verificou-se a regularidade
--------	-----------------------	--	--	-------------------------------	---	---

2.6. Demais atos de gestão

Código	Ponto de controle	Processo administrativo analisado	Base legal	Universo do ponto de controle	Procedimento	Amostra selecionada
2.6.4	Pessoal teto		CRFB/88, art. 37, inciso XI.	Existem 12 itens de ponto de controle	Avaliar se o teto remuneratório dos servidores públicos vinculados ao órgão obedeceu o disposto no artigo 37, inciso XI, da CRFB/88.	Foram analisados 05 itens e verificou-se pela regularidade

1.2. Constatações e proposições

Após análise geral dos pontos de controle realizados, não foi constatado irregularidades ou ilegalidades por este Controle Interno, entretanto, foi apresentado para o gestor responsável por esta Unidade que se faz necessário o aprimoramento de seu planejamento, visto que no decorrer do exercício financeiro ocorreu excedente na realização de despesas o que causou transtornos, inclusive necessitando de medidas que limitassem despesas pelo período necessário ao restabelecimento do controle fiscal. Contudo medidas estas adotadas dentro da legalidade.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade da Sra. : Pyetra Dalmone Lage Paixão, responsável pela Unidade Gestora da Secretaria Municipal de Administração de Baixo Guandu/ES, relativa ao exercício de 2025, com o objetivo de comprovar e avaliar os resultados referentes ao cumprimento das metas



pré-estabelecidas em Lei, bem como, verificar a qualidade de suas ações quanto à eficiência na execução orçamentária, aplicação dos recursos e controle patrimonial e concluímos que existe pontos merecedores de ressalvas, como por exemplo a dificuldade no planejamento e gestão dos recursos orçados para o exercício, conforme dito acima, pois verificou-se um excedente nos gastos que ultrapassaram os limites previstos na LOA. Contudo, apesar das dificuldades apresentadas o gestor adotou medidas de contenção de gastos e retornou ao controle fiscal, executou seus programas previstos em legislação específica, bem como, mostrou-se eficiente em suas ações.

Em um contexto geral, esta controladoria analisou os pontos de controle realizados e verificou os demonstrativos contábeis e constatou que a Unidade Gestora cumpriu com as normas legais vigentes, aplicando conforme legislação orçamentária os recursos públicos a ela destinados e também atendeu aos preceitos orçamentários, fiscais e patrimoniais pertinente.

Baixo Guandu/ES, 16 de março de 2026.

LUCIANO LOUZADA DE SOUZA
Controlador Geral
Portaria 078/2021